



Ciência da Informação: racionalidade, corporeidade e outras perspectivas de conhecer e informar

Information Science: rationality, corporeality and other perspectives of knowing and informing

Selma Cristina da Silva ^{a,*} 

RESUMO: A sessão 2 apresenta as reflexões dos professores Gustavo Saldanha (IBICT-UNIRIO) e Vinícios Souza de Menezes (UFS) sobre a constituição da Ciência da Informação quanto ao seu aparato teórico-cultural e aos desdobramentos de suas práticas e valores. O prof. Gustavo parte de produções artísticas atuais para desconstruir o que ele chama de “juízo colonial”, pressuposto de uma racionalidade e de uma verdade únicas, fundadoras de sentido. Já o prof. Vinícios traz uma crítica contundente à tradição epistemológica do pensamento informacional. Ao refletir sobre a etimologia da palavra informação, e detendo-se no sentido de *informe*, introduz a perspectiva ameríndia como um caminho para a ressignificação do conhecimento e do trabalho das áreas informacionais.

Palavras-chave: Decolonialidade; Ciência da Informação; Informação; Conhecimento, Colonialidade.


ABSTRACT: Session 2 presents the reflections of professors Gustavo Saldanha (IBICT-UNIRIO) and Vinícios Souza de Menezes (UFS) on the the constitution of Information Science regarding its theoretical-cultural apparatus and the consequences of its practices and values. Prof. Gustavo starts from current artistic productions to deconstruct what he calls “colonial judgment”, presupposition of a unique rationality and truth, founders of meaning. Prof. Vinícios brings a scathing criticism to the epistemological tradition of informational thinking. By reflecting on the etymology of the word information, and focusing on the meaning of formless, he introduces the Amerindian perspective as a path to the redefinition of knowledge and work in informational areas.

Keywords: Decoloniality; Information Science; Information; Knowledge, Coloniality.

^a Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Selma Cristina da Silva. E-mail: selmacristinanuna@gmail.com.

Recebido em/Received: 24/06/2021; Aprovado em/Approved: 13/10/2021.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

A Sessão 2 traz reflexões contundentes sobre a Ciência da Informação, desde as suas origens, questionando em princípio (ou aprioristicamente) os elementos/objetos próprios de sua constituição: a informação, o conhecimento, o saber, o ser, o método. Por um lado, Gustavo Saldanha faz um percurso de caráter histórico/teórico, partindo de produções artísticas do presente, representativas de informações/valores diversos, para desconstruir o que ele chama de “juízo colonial”, pressuposto de uma racionalidade e de uma verdade únicas, fundadoras de sentido. Já a reflexão de Vinícios Souza de Menezes traz uma crítica primordial, isto é, que antecede a concepção mesma das epistemologias, e da Ciência da Informação, fazendo referência aos elementos que lhes caracterizam e têm determinado o sentido de suas práticas: é uma crítica aos fundamentos da concepção de mundo, de ser e de consciência que estão na base de todo o pensamento ocidental. A partir da reflexão sobre a etimologia da palavra informação, detendo-se no sentido de *informe*, introduz a perspectiva ameríndia como um caminho para a ressignificação do conhecimento e das práticas informacionais.

A Ciência da Informação é apresentada, desta forma, como “herdeira” de uma tradição ocidental hegemônica, colonial, amparada/construída pela racionalidade, pela presunção de um homem (consciência/intelecto) universal e pela objetividade dos métodos científicos, que procuram separar os sujeitos dos objetos, estabelecendo assim as bases do processo cognitivo e de representação. Ao mesmo tempo, a Ciência da Informação, assim denominada, é uma ciência da pós-modernidade, gestada historicamente no mesmo momento das teorias pós-estruturalistas que, na perspectiva da crítica interna ao pensamento colonial/hegemônico, feita por Foucault, Derrida, Guattari, Deleuze etc., citados por Gustavo e Vinícios, podem ser encaradas como raízes ou caminhos para uma certa decolonialidade.

Podemos considerar que a Ciência da Informação, como ciência da pós-modernidade, está também em processo de fragmentação e desconstrução dos paradigmas que caracterizavam as ciências modernas, no seu caso, da documentação e da biblioteconomia. Seria essa Ciência da Informação, pós-moderna, e transdisciplinar, uma possibilidade crítica de descolonização dos processos de organização do conhecimento e da informação, uma contribuição à diversidade/pluralidade da produção científica e cultural? Estaria a Ciência da Informação, assim concebida, nas mesmas raízes da crítica decolonial? Ou poderia a Ciência da Informação descolonizar as suas metodologias, ressignificando/reconfigurando os conhecimentos produzidos para fins contra-hegemônicos?

INFO-RAÍZES DA DECOLONIALIDADE: TRILHAS E PEDRAS DA RACIONALIDADE PÓS-ESTRUTURALISTAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Palestrante: Prof. Dr. Gustavo Saldanha (IBICT - UNIRIO)

A música *O Juízo Final*, de Nelson Cavaquinho, interpretada por Sérgio Pererê, é colocada como provocação por Gustavo Saldanha, que diz: “a decolonialidade é uma construção de luta, não uma esperança estática, numa inércia, mas uma forma de luta que nós constituímos, principalmente através da nossa arte, e uma forma de resistência para a transformação social”. Assim, compreendemos que a produção artística é o espaço de criação dos múltiplos Outros e de deslocamento da ontologia clássica.

A música faz referência a um juízo final, entendido como um “juízo colonial”, colocado como determinismo teleológico, limitador das ações e justificador das opressões, do controle e do embate contra a autonomia. E traz também uma visão de esperança, de transformação da situação estática da “maldade”. No vídeo apresentado, referente à interpretação de Pererê, podemos ver como a linguagem utilizada descortina (em imagens) diversidades de seres, fazeres e saberes. Para Gustavo Saldanha, as questões que podemos discutir no campo informacional, e as raízes que podemos buscar para compreendê-las, estão presentes nesse vídeo: têm relação com raça, gênero, cultura, cultos, credos, epistemes próprias, saberes próprios, metodologias.

A ideia de ressignificação dos conteúdos, ou mais especificamente de inversão/redirecionamento de sentido, expressa-se, nas provocações de Gustavo Saldanha, a partir do exemplo da expressão racista “Dar a Elza”, compreendida pela branquitude como “surrupiar”, “roubar” algo, em geral, de forma que a pessoa não perceba no momento do ato. São várias as teorias sobre a origem dessa expressão, apesar da associação constante com a imagem da cantora Elza Soares. Ela (Elza) sintetiza, na sua forma de ser e existir, toda a discussão decolonial: a raça, o gênero, a religiosidade, a luta, a resistência, a coragem. E a forma como, no Século 20, as existências não hegemônicas são reduzidas e impossibilitadas na sua liberdade de expressão, na sua formação plena e no direito de exercer sua cultura. A ressignificação proposta é “Dar a Elza” à Colônia, isto é, à Penitenciária. “Dar a Elza” à expectativa da colonialidade de encarcerar, punir, vigiar e anular qualquer força de expressão local, pois assim foi constituído o processo civilizatório: como processo de massacre.

Da mesma forma, a música *Bença*, do rapper Djonga, no álbum *Ladrão*, estabelece um laço metafórico com a expressão “Dar a Elza”, isto é, dar um outro sentido de humanidade que o mundo não conhece. Humanidade sem massacre dos seres ditos humanos e sem o massacre ambiental. A música fala da força de uma mulher, negra, que criou sozinha três mulheres e, consciente do mundo onde vive, ensina aos entes queridos como viver com orgulho, coragem e cuidado. Fala de ancestralidade, raça, gênero, força, consciência e altivez de não se submeter ao destino que a colonialidade traça aos Outros.

O exercício metodológico, proposto como reflexão pós-colonial por Gustavo Saldanha, convoca-nos a pensar um caminho próprio para a decolonialidade da América Latina: do México ao Brasil e do Brasil ao México, um pensamento de integração e de diálogo com os outros países. Historicamente, por uma série de razões coloniais, os brasileiros têm se distanciado da América Latina e se aproximado mais da Europa, promovendo o encarceramento (metáfora da penitenciária). É preciso expandir e integrar a rede de compreensão da episteme da América Latina, isto é, a rede de todos os saberes indígenas, negros, periféricos etc. É necessário reconhecer as raízes comuns dos povos latino-americanos e diálogos possíveis, inclusive de demarcação decolonial, de citação de redes locais, com Cuba, Guatemala, Uruguai, Chile, Argentina, Colômbia, Venezuela etc. A América Latina tem uma produção própria e é preciso revelá-la.

Entretanto, segundo Gustavo Saldanha, é preciso olhar e reconhecer na crítica pós-estruturalista e nos seus desdobramentos (o maio de 1968, as obras de Foucault, Derrida, Deleuze, Guattari, entre outros) uma correlação com o nosso dilema da colonialidade. Não é necessário abandonar as reflexões pós-estruturalistas simplesmente por serem europeias, isto é, críticas internas do próprio sistema hegemônico de conhecimento. Ou abandoná-las pelo exercício da geografia de posição dos discursos. Devemos adotar um exercício antropofágico, que utilize essas críticas/reflexões de forma contra-hegemônica, pois as ideias pós-estruturalistas se abriram em uma série de correntes que se desdobraram na decolonialidade.

A Ciência da Informação, classificada como ciência da pós-modernidade, carrega consigo ainda uma “tradição” epistemológica positivista e neopositivista, que nem mesmo as críticas das correntes pós-estruturalistas conseguiram dissipar. É uma ciência central no que diz respeito à colonialidade do saber, uma das grandes marcas da colonialidade a serem derrubadas. Tradicionalmente, a Ciência da Informação, embora não fosse assim denominada, contribuiu para a destruição da pluralidade dos saberes por meio de suas metodologias de controle e de suas pretensões universalistas. Selecionou, anulou, evidenciou, disseminou e, portanto, acorrentou as informações.

Diante dessa história, a conclusão de Gustavo Saldanha é de que a Ciência da Informação tem responsabilidade para com a colonialidade do saber, pois está no centro de luta contra o massacre e o genocídio dos saberes Outros. O ponto de partida da reflexão da epistemologia informacional, que vem se constituindo como epistemicídio, deve ser a colonialidade do saber, pois ela está ligada a todas as demais formas (raça, gênero, credo). Suas “info-raízes estão desde cedo conectadas com o mundo ocidental e precisam ser desacorrentadas, pois temos uma expressão enorme no território brasileiro, no território latino-americano”. E é preciso reconhecer outras vias decoloniais na epistemologia informacional mesmo fora das correntes pós-estruturalistas.

Contra as epistemologias que acorrentam, que controlam nossa forma de pensar métodos e teorias, Gustavo propõe novamente a antropofagia: é preciso recontextualizar as teorias pós-estruturalistas, fazer exercícios interseccionais, que

nos levem a desenvolver nossos próprios métodos, nossos próprios saberes, “fazer à brasileira”. No campo das ciências da informação (documentação, biblioteconomia, arquivologia) há também pensamentos decoloniais, e não hegemônicos, que trouxeram contribuições e visões de mundo diferentes para o campo. Roubakine (russo) abordou as questões sociais, políticas e psicológicas pela lente do campo da informação. Ranganathan (indiano), por meio das cinco leis da biblioteconomia e da perspectiva das facetas, abriu uma série de exercícios para o povo indiano em cima da pragmática transcendental. A segunda lei: livros para mulheres, crianças, apenados – “Para cada leitor, Seu livro”.

Nessa espécie de mapeamento e reconhecimento teórico, pertinente à Ciência da Informação, Gustavo Saldanha refere-se a Emanuele Tesauro, como um exercício barroco, no reconhecimento das expressões diversas do mundo, e a abertura para a pluralidade da terminologia; e também a Melissa Adler, que apresenta uma perspectiva *queer*. Ainda para o diálogo decolonial, na perspectiva informacional, ele traz os estudos que considera contrários às correntes coloniais: a) **pragmática**, centrada na prática do uso (a linguagem de cada um), b) **semiótica**: teoria da significação do mundo, como nós produzimos os sentidos, c) **hermenêutica**: interpretação como grande movimento (nada está fechado), d) **gramatologia**: via da desconstrução, discurso patriarcal (europeu), traço patriarcal, e) **feminismo**: exercício teórico de desconstrução de gênero (HopeOlsoniana), f) **teoria antirracista**: movimentos de biblioteconomia negra, mapeamento da produção africana, indígena etc, g) **epistemologias horizontais**: as diferentes perspectivas de mundo, de saber. Não há uma epistemologia absoluta e superior.

Como proposta de descolonização do conhecimento, das metodologias e das ideias de informação válidas, enquanto registro e classificação do mundo, as perspectivas decoloniais constroem e desconstroem abordagens tais como: a) **vulnerabilidade metainformacional**; b) **inclusão transgramatical**; c) **algoritmos racistas**; d) **decolonialidade classificatória**; e) **transgramáticas**; f) **epistemologia da documentação** (Antonio Garcia Gutierrez); g) **colonialidade literária** (Congo); h) **manifestos IFLA**.

A decolonialidade não tem um marco cronológico tão delimitado. Há diversas correntes que vêm, há tempos, na contramão de epistemologias hegemônicas, sendo denominadas pós-coloniais, descoloniais ou descolonizadoras ou decoloniais. É possível também concluir que a colonialidade do saber sempre teve um procedimento “extrativista”, isto é, um método que coloca o Outro como objeto, como fonte. Na perspectiva decolonial, segundo Boaventura de Sousa Santos, o conhecimento deve se dar “com” e não “sobre” o Outro. Por isso, a ênfase de Gustavo Saldanha na necessidade de diálogo, de encontro com os diferentes saberes, inclusive os chamados científicos e hegemônicos, tem a perspectiva de grande impacto metodológico. Há nas diversas ciências “extratos” de saberes de diferentes povos e regiões, que foram apropriados e devidamente “acorrentados”. Na antropologia, por exemplo, é possível ver as teorias desenvolvidas, pela colonialidade, a partir da observação dos povos das Américas, da África, da Oceania e da Ásia. Portanto, devemos refletir o quanto de nós

existe também nesse “conhecimento universal”, que se pretende externo e acima de nós.

DA REPRESENTAÇÃO À PERSPECTIVAÇÃO DO CONHECIMENTO: A TEZ AMERÍNDICA NOS ESTUDOS DECOLONIAIS DA INFORMAÇÃO

Palestrante: Prof. Dr. Vinícios Souza de Menezes (UFS)

“O olho do gafanhoto é sem princípios”. Manoel de Barros

“Uma alegria ligar pensamentos”. Marubo (etnia da Amazônia brasileira).

O ponto de partida da reflexão de Vinícios S. Menezes é o que ele chama de anarqueologia da informação, em referência à (an)arqueologia dos saberes, desenvolvida por Michel Foucault, a fim de mostrar a eficácia das práticas dos governos nos planos discursivos, tornando evidentes os processos históricos pelos quais elementos de sujeição foram indexados na produção da dominação (o governo dos vivos). A análise anarqueológica apresenta-se, então, como um descortinamento dos efeitos simbólicos da violência na ordem da razão; como uma reflexão sobre a força no plano da linguagem e seus processos e sistemas de organização do conhecimento. A anarqueologia da informação consiste em recusar previamente a imposição que o instrumento de representação, sob a insígnia da forma, imprime aos vivos. É, nesse sentido, uma tentativa de desenraizar da forma a informação; um ato de transgressão ao poder ontológico de dar a forma a algo. Uma desobediência epistêmica, na formulação de Walter Mignolo.

Na continuidade do exercício que a anarqueologia propõe, retorna-se à etimologia para compreender os sentidos da palavra informação, legados ao pensamento do ocidente pela tradição greco-latina. Em sua origem latina, a palavra informação guarda uma controvérsia poucas vezes acionada pelas hermenêuticas ocidentais. Informação, *informatio*, do latim, é um ato de dar a forma a algo. A tradução latina “forma” encontra no mundo grego a sua expressão histórica: primeiro na *eidos* (ideia), a teoria platônica das ideias. E, segundo, na *ousia* (substância), da ontologia aristotélica.

É esta formulação ontológica, estabilizada nos discursos e “dicionários” ocidentais, que passa a determinar toda a criação e a concepção de mundo, constituindo-se como o modelo hilemórfico (do grego: *hile*=matéria + *morphe*=forma), ou hilemorfismo, absolutamente dominante como modelo epistemológico até os dias atuais. Segundo esse modelo, a forma pura (ato) imprime-se na matéria (potência) em um movimento de fora para dentro. Então, poderíamos pensar que “informar” é o ato, o processo desse modelo, e “informação”, aquilo que resulta do ato de dar forma? Na ontologia informacional, dar a forma a algo é uma das faces políticas da colonialidade da

metafísica. Dar a forma a algo é uma formulação primária da filosofia da representação, isto é, da submissão da diferença à identidade. A ontologia fundamental inaugura o pensamento informacional e fundar, segundo Deleuze, é sempre fundar a representação.

Vinícios S. Menezes estabelece uma analogia entre essa formulação ontológica e a dialética da colonização, segundo a qual “colonizar é uma ação que parte de uma situação transitiva de incompletude da natureza à cultura, do animal ao humano, da barbárie à civilização, da periferia ao centro. E o colonialismo é o movimento de imposição de um agente sobre algo transformado em objeto. Sendo a Colônia o espaço que se está ocupando: seja este espaço terra, povo, objetos ou subjetividades sobre os quais (espaços) se deve agir dominando e governar sujeitando”.

Diante dessas formulações abstratas, todavia, há pensamentos insurgentes, que têm provocado fissuras ontológicas no campo filosófico. No campo da antropologia, por exemplo, a partir da insurreição da América indígena, apontam-se “problemas graves não só na construção metafísica da colonialidade, mas também na colonialidade epistemológica da metafísica, isto é, nas práticas de colonização do pensamento”. Ambas são versões da filosofia da representação e a ontologia informacional seria apenas uma artífice de seus instrumentos de representação do conhecimento.

A representação do conhecimento tem a sua origem no dualismo do mundo platônico, dividido em mundo das ideias (inteligível) e o mundo sensível, que estabelece desde sempre uma composição de distinções: essência e aparência, inteligível e sensível, original e cópia, ideia e imagem. O mundo inteligível (das ideias) é que dá a forma ao mundo sensível (mundano), sendo este apenas uma cópia (uma representação) daquele. Logo, em Platão, os seres sensíveis são a imagem e semelhança da ideia (essência/perfeição). Em Santo Agostinho, a imagem e semelhança de Deus. A tarefa da ontologia informacional platônica é alçar ao sublime (ao mundo das ideias, das essências) a linhagem dos semelhantes. O pensamento platônico, contudo, considera que entre a ideia-modelo e as imagens-cópias há os fantasmas, os “fantasmatas” ou as más cópias. São os *Informes*, aquelas imagens sem semelhança, que escapam da ação da forma.

Portanto, essa representação do conhecimento traz em sua genealogia o princípio de exclusão do dessemelhante, do diferente, do desclassificado “não ser”. O ato de dar a forma a algo é uma relação de força que visa reduzir ou subsumir o pensamento da diferença ao pensamento da identidade. Da mesma forma, no pensamento aristotélico, por informação entende-se o princípio formal e ativo de atuação do sentido. Informar é entendido como o ato de dar forma a algo; é a ação de falar e gerar algo único, dar-lhe um sentido ou sentido do Um. Não significar uma única coisa, diz Aristóteles, é não significar nada absolutamente. É possuir uma vida marginal ao sentido. É ser informe como aqueles que falam multiplamente: “mulheres, estrangeiros, escravizados, animais, monstros, sofistas, indígenas (incluímos), um não humano”.

Na modernidade, segundo Vinícios S. Menezes, os contornos da representação são reavivados nos colonialismos e o pensamento ontológico passa a exprimir o elemento de dominação e sujeição requerido para a formação do mundo humano. Enquanto para Aristóteles, livre é o homem, o antropos, que o é em vista de si mesmo e não do Outro; em Kant, o mundo é um posto autorreferencial exclusivo do humano homem, concebido como a forma superior da humanidade. E em Hegel “informar algo no mundo” é uma exclusiva capacidade antropogenética. No território da Ciência da Informação, Alex Wright (*Catalogando o Mundo*) recorda o posicionamento “dúbio” de Paul Otlet que, na tentativa de conciliar o colonialismo europeu com o pacifismo e o internacionalismo, enxerga o rei Leopoldo II como um visionário e a colonização da África como uma missão civilizatória, cristã e humanitária para a libertação moral e intelectual dos africanos. A humanidade civilizatória começa com o ato de impor-se ao primeiro Outro com quem se depara. Se, na Antiguidade, a ontologia produziu o humano por meio da oposição com os animais (o macaco-homem, a criança-selvagem, o escravo, o bárbaro, o estrangeiro, figuras do animal em forma humana), na Modernidade, animalizando o humano, ela produz figuras do animal isolado no próprio corpo humano (o homem-macaco, o judeu, o cigano, o muçulmano de Auschwitz, o negro, o indígena, o homossexual).

Na ontologia heideggeriana, o Ser é o destino espiritual do Ocidente. E aqueles privados do *Dasein* são modos ônticos, determinados em vista do próprio do homem, que é formar mundo. Para Vinícios S. Menezes, trata-se da ilusão da dignidade exclusiva da natureza humana, além de uma ilusão “especista” que pressupõe uma humanidade unificada e separada da natureza por sucessivas mutilações evolutivas. E, também, uma ilusão racista, segundo a qual povos diferentemente humanos, como os ameríndios e os afro-americanos, são segregados da condição humana exclusiva do “povo universal”.

A palavra *informatio* possui ao menos duas conotações na língua latina: uma como “a ação de dar a forma a algo”, *informo*, seguida pela tradição do pensamento ocidental; e a outra como “a ação de privar a forma de algo”, *informe*. O prefixo latino IN possui tanto a função copulativa de unir e comungar os elementos da palavra (dar a forma a algo), como também “a função privativa de resistência, libertação e desprendimento para a transformação das forças”¹. Então, o *Informe* é uma força de resistência ao pensamento representacional, uma contrariedade à ontologia informacional do Ocidente para quem direciona sua fala torta ao modo de Bartleby²: “preferiria não”. O *Informe* é a representação dos dessemelhantes na América indígena ao lado de outros povos não brancos como os africanos e os afro-americanos escravizados.

O ameríndio foi classificado, nas perspectivas etnocêntrica e logocêntrica, como o “homem-cera”, uma matéria pronta para a impressão de uma forma, inicialmente a catequese. Na perspectiva platônica, é visto como simulacro do homem; e, na aristotélica, como “o fora do sentido”, “o fora do mundo”. A solução dos

¹Definição de Emanuel Carneiro Leão.

² MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrivão** Ou **O Escrivão** (1856).

colonialismos foi impor a forma ocidental (universal) ao *Informe* (múltiplo) mesmo ao custo de vidas humanas.

A perspectiva ameríndia apresenta-se, para Vinícios Menezes, como “a possibilidade da diferença *Informe*, a encruzilhada para a ontologia não fundamental, uma metafísica antropofágica para os estudos decoloniais da informação”. Isso porque essa perspectiva não é, em si mesma, logocêntrica. Supõe vários mundos, várias naturezas, não é uma representação “intelectual” ou espiritual. Não há uma distinção entre seres e entes e não há, no plano das classificações, uma distinção entre seres e saberes, entre informações e documentos.

Para concluir, Vinícios de Souza Menezes apresenta algumas reflexões que devem ser feitas para se pensar uma decolonialidade dos sistemas de representação e para a própria metodologia da Ciência da Informação. Segundo ele, os instrumentos ocidentais de representação do conhecimento não tematizam as categorias desses outros mundos: “no geral, é sempre uma tentativa de integrar o diferente ao aparato identitário da representação, seja pela expansão das categorias sub-representadas ou pela inclusão do Outro no código de si. Por exemplo: em um plano descritivo, a ideia de autoria individual para uma pessoa que na realidade são muitas. Ou, em um plano temático dos assuntos, as relações de univocidade terminológica para muitos configurados pela equivocidade e suas relações de homonímia, anfíbolias comutativas e comunicações interespecíficas”.

Para o conhecimento ameríndio, o debate neodocumentalista sobre a materialidade e a imaterialidade da informação não seria um problema, pois “o cosmos é povoado por elementos corporificados, revestidos por peles, envoltórios, sendo o mundo um grande suporte encoberto por camadas diversas”. Referindo-se a Michael Buckland, o professor faz uma brincadeira: “todo objeto, já uma pessoa, é informacional, toda coisa já informacional é significativa ao seu modo. Logo, todo mundo é uma biobibliografia. E o livro selvagem, como nos diz Davi Kopenawa, é uma pele de imagens”.

Encerro a minha fala através da fala de Outrem, no Itàn de Exú: quem anda em linha reta não pode encontrar vereda. Encontrar veredas é esta minha contraconduta decolonial.

(Vinícios S. Menezes, 2020)

Provocações: Prof.^a Dra. Cristiane de Assis Portela (UnB)

Cristiane Portela chama a atenção para a urgência de se pensar sobre as epistemes coloniais e de se reconhecer que elas dão origem e constituem os nossos campos de conhecimento, consolidando as metodologias com as quais trabalhamos nas universidades. E faz as seguintes perguntas: como deslocar esses referenciais teóricos para os sentidos práticos? Considerando a inclusão de pessoas de diferentes grupos sociais e étnicos na universidade, seria mesmo o perspectivismo ameríndio uma forma de perceber o Outro nesses outros mundos, uma possibilidade de construção de novas “gramáticas” e de rompimento com as epistemes coloniais? Como dialogar com as epistemologias coloniais?

A inclusão de uma certa intelectualidade insurgente, nas universidades, constituída por sujeitos coletivos que estão tanto nas periferias urbanas, marcados por interseccionalidades diversas, quanto entre os povos tradicionais, vem nos revelando diversas perspectivas que são teóricas, mas que são também práticas. Cabe-nos, então, compreender quais são as demandas e expectativas que esses novos sujeitos, que chegam à universidade, trazem consigo. Para Cristiane, um caminho para se reconhecer essa intelectualidade diz respeito à renovação das epistemologias que orientam os nossos campos de conhecimento.

Como uma espécie de autocrítica, as universidades e os professores devem se perguntar: “o quanto nós nos colocamos nesse lugar e estamos, portanto, atentos e abertos a pensar essas insurgências quando elas saem, inclusive, das expectativas que nós temos delas?”. Os diálogos com os pensamentos não coloniais, com as perspectivas afro-centradas, os estudos latino-americanos, caribenhos, ameríndios, feministas, periféricos, entre outros, embora existam concretamente, ainda se mostram tímidos e apresentam-se como um desafio no que diz respeito à transformação desses referenciais em prática, em metodologias.

Cristiane Portela se volta especialmente para as categorias gestadas em contextos comunitários, como quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhos, comunidades de terreiro, entre outras, pois são contextos interculturais e interétnicos cujos ensinamentos e história podem nos proporcionar novas experiências e visões de mundo, capazes de questionar os procedimentos epistemológicos e metodológicos que norteiam a universidade. Nesse sentido, estimular essas fissuras provoca críticas centrais no âmbito de atuação da universidade: 1) pensar de forma articulada o conteúdo das pesquisas; 2) elaborar metodologias inovadoras para acolher as propostas insurgentes; 3) reconhecer a experiência e o pensamento dos sujeitos insurgentes, diferentes do pensamento clássico.

Bidima, filósofo camaronês, propõe como alternativa ao paradigma da identidade o conceito de travessia, pois a identidade aprisiona o sentido do Outro e nos leva a construir expectativas sobre o que os outros querem nos dizer. Nessa expectativa sobre o Outro, o que esperar da fala de uma mulher quilombola ou de um indígena?

Segundo Cristiane Portela, espera-se que ela nos informe sobre a colonização e seus efeitos na comunidade, sobre o processo genuíno de resistência, sobre a permanência da ancestralidade, apesar da opressão que a colonialidade trouxe. Por isso, nesses diálogos, há lições que ela gostaria de partilhar de sua própria experiência: ao acessar narrativas de autoria indígena, em especial, ela se preocupa muito com a possibilidade de reforçar visões que são “exotizadoras” ou “essencializadoras”.

É preciso lembrar, segundo Cristiane, que as ameaças aos territórios indígenas incidem sobre corpos. São os corpos que estão sendo mortos e que descontrolam todas as possibilidades de indicação, de outras memórias, de outras histórias. É um processo de luta que parece demandar uma urgência que não pode ser desconsiderada. Dessa forma, ela propõe que sigamos lutando epistemicamente como as grandes mulheres indígenas e trabalhadoras: Tuíra Caiapó, Alessandra Munduruku, Sonia Guajajara, as quebradeiras de coco, as pescadoras, que se colocaram em defesa de suas comunidades, ambientes e territórios. E termina com o pensamento de Eleonice Sacramento, uma dessas pescadoras, e grande intelectual: “Há lutas em tempo de maré cheia e lutas em tempo de maré baixa”.